“Cria o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente de Tabaí - COMDEMAT e Revoga a Lei Municipal nº 128/99, de 09 de novembro de 1999.”

ARSENIO PEREIRA CARDOSO, Prefeito Municipal de Tabáí,
Estado do Rio Grande do Sul,

FAÇO SABER, no uso das atribuições legais que me confere a Lei Orgânica do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu **SANCIONO e PROMULGO** a seguinte Lei:

~~Art. 1º Fica criado o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente de Tabáí — COMDEMAT, órgão consultivo e de assessoramento das diretrizes de política governamental para a proteção e recuperação do Meio Ambiente e de Recursos Naturais e de deliberação no âmbito de sua competência sobre normas e padrões técnicos que compatibilizem o desenvolvimento econômico à manutenção do meio ambiente, ecologicamente equilibrado, objetivando a melhoria da qualidade de vida das gerações presentes e futuras.~~

Art. 1º Fica criado o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente de Tabáí – COMDEMAT, órgão deliberativos das diretrizes de política governamental para a proteção e recuperação do Meio Ambiente e de Recursos Naturais e de deliberação no âmbito de sua competência sobre normas e padrões técnicos que compatibilizem o desenvolvimento econômico à manutenção do meio ambiente, ecologicamente equilibrado, objetivando a melhoria da qualidade de vida das gerações presentes e futuras. (Redação dada pela Lei nº. 535/2006)

Art. 2º O COMDEMAT é constituído por representantes da Administração Municipal e das entidades:

- I – Representantes da Administração Municipal:
 - a) Departamento Municipal do Meio Ambiente – DEMMA;
 - b) Secretaria Municipal da Agricultura;

- c) Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Turismo e Desporto;
- d) Secretaria Municipal da Saúde.

II – Representantes de entidades não-governamentais:

- a) ~~Clube de Mães;~~
- b) ~~Associações de Bairro;~~
- c) ~~EMATER;~~
- d) ~~Associação de Agricultores;~~
- e) ~~Brigada Militar.~~
- a) Clube do Lar União de Tabai;
- b) Associação dos Moradores do Bairro Joaquim José de Souza – AMBJJS;
- c) EMATER;
- d) Associação dos Agricultores de Tabai. (Redação dada pela Lei nº.

535/2006)

§ 1º Os suplentes dos representantes do Município serão seus substitutos respectivos.

§ 2º As entidades que integram a constituição do COMDEMAT indicam seus representantes e o respectivo suplente que serão nomeados pelo Prefeito.

Art. 3º O mandato dos Conselheiros é de caráter cívico, não remunerado e considerado serviço público relevante, tendo a duração de dois (02) anos, podendo ser reeleitos.

Art. 4º A diretoria do COMDEMAT será composta por um Presidente, um Vice-Presidente e um Secretário, escolhidos dentre seus membros, por votação em Assembléia Geral dos Conselheiros, os quais serão nomeados pelo Prefeito Municipal.

Art. 5º O COMDEMAT poderá instituir, sempre que necessário, Câmaras Técnicas em diversas áreas de interesses e, ainda recorrer a técnicos e entidades de notória especialização em assuntos de relevante interesse ambiental e ecológico.

Art. 6º Ao Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente de Tabai, compete:

I – Propor a Política Municipal de Proteção do Meio Ambiente, para homologação do Prefeito, bem como acompanhar sua implementação.

II – Estabelecer, com observância da legislação, normas, padrões, parâmetros e critérios de avaliação, o controle, manutenção, recuperação e melhoria na qualidade do meio ambiente natural, artificial e do trabalho, obedecidas as legislações Estadual e Federal;

III – Estabelecer diretrizes para a conservação e preservação dos recursos e ecossistemas naturais do município;

IV – Colaborar nos estudos e elaboração do planejamento urbano, planos e programas de expansão e de desenvolvimento municipal e em projetos de lei sobre o parcelamento, uso e ocupação do solo, plano diretor e ampliação da área urbana;

V – Deliberar sobre recursos em matéria ambiental, sobre os conflitos entre valores ambientais diversos e aqueles resultados da ação dos órgãos públicos, das instituições provadas e dos indivíduos;

VI – Propor a localização e o mapeamento de áreas críticas onde se encontram obras de atividades utilizadoras, de recursos ambientais, considerados objetivos ou potencialidade poluidoras;

VII – Estudar, definir e propor normas técnicas e legais e procedimentos visando a proteção ambiental do Município;

VIII – Fornecer informações e subsídios técnicos relativos ao conhecimento e defesa do meio ambiente, sempre que for solicitado pelo Executivo Municipal;

IX – Identificar, prever e comunicar aos órgãos competentes, as agressões ambientais ocorridas ou por ocorrer no Município, sugerindo soluções;

X – Colaborar na fixação das diretrizes para a pesquisa científica nas áreas de conservação, preservação e recuperação do meio ambiente e dos recursos naturais;

XI – Estimular a participação da comunidade no processo de preservação, conservação, recuperação e melhoria da qualidade ambiental;

XII – Apreçar e deliberar, na forma da legislação, sobre estudos de impacto ambiental e respectivos relatórios por requerimento de qualquer um de seus membros;

XIII – Promover e colaborar em campanhas educacionais na execução de um programa de formação e mobilização para a Defesa do Meio Ambiente, propondo e acompanhando ações de educação ambiental;

XIV – Decidir, como última instância administrativa, em grau de recurso, mediante prévio depósito sobre multas e outras penalidades impostas pelo Poder Público Municipal, na área ambiental;

XV – Analisar e aprovar projetos de entidades públicas ou particulares, objetivando a preservação ou a recuperação dos recursos naturais, afetados por processos de exploração predatória ou poluidora e emitir parecer;

XVI – Exigir, no caso de OMISSÃO da autoridade competente, a aplicação de multas e outras penalidades, a pessoas físicas ou jurídicas que não cumprem as medidas necessárias à preservação ou recuperação dos inconvenientes ou danos causados ao meio ambiente;

XVII – Oferecer sugestões sobre a aplicação dos recursos do Fundo Municipal de defesa do Meio Ambiente do Município;

XVIII – Convocar audiência pública nos termos legais;

XIX – Elaborar seu regimento Interno que será homologado pelo Chefe do Poder Executivo.

Art. 7º Os casos omissos serão regulamentados por Decreto do Poder Executivo.

Art. 8º Fica revogada a Lei Municipal nº 128/99, de 09 de novembro de 1999.

Art. 9º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, 04 de maio de 2006.

ARSENIO PEREIRA CARDOSO

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado.

Dirce Emília Bruschi
Supervisora de Planejamento